DAVI QUINTANILHA FAILDE DE AZEVEDO

**Acesso ao Sistema Universal de Proteção dos Direitos Humanos por Meio do
Mecanismo de Comunicações Individuais como Instrumento da Litigância
Estratégica Internacional no Âmbito das Defensorias Públicas**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Associado Dr. André de Carvalho Ramos

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2020

DAVI QUINTANILHA FAILDE DE AZEVEDO

**Acesso ao Sistema Universal de Proteção dos Direitos Humanos por Meio do
Mecanismo de Comunicações Individuais como Instrumento da Litigância
Estratégica Internacional no Âmbito das Defensorias Públicas**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direitos Humanos, sob orientação do Prof. Associado Dr. André de Carvalho Ramos.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO – SP**

2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Quintanilha Failde de Azevedo, Davi

Acesso ao Sistema Universal de Proteção dos Direitos Humanos por Meio do Mecanismo de Comunicações Individuais como Instrumento da Litigância Estratégica Internacional no Âmbito das Defensorias Públicas; Davi Quintanilha Failde de Azevedo; orientador André de Carvalho Ramos -- São Paulo, 2020.

288

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Sistema Universal de Proteção aos Direitos Humanos. 2. Defensoria Pública. 3. Comitês de Tratados de Direitos Humanos da ONU. 4. Organização das Nações Unidas. 5. Direito Internacional dos Direitos Humanos. I. de Carvalho Ramos, André, orient. II. Título.

DEDICATÓRIA

À minha saudosa mãe, com amor, admiração e gratidão por sua compreensão, carinho e incansável apoio.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua imensa generosidade.

Aos meus pais, que sempre me incentivaram a estudar e a persistir na busca pelos meus sonhos.

Ao meu irmão, exemplo de superação, coragem e alegria.

Ao Prof. Associado Dr. André de Carvalho Ramos, que me orientou com muito afinco e dedicação.

A todos(as) os(as) professores(as) que no decorrer destes três anos contribuíram para minha formação.

A todos(as) meus(minhas) amigos(as), especialmente Daniela Batalha Trettel e Rafael Lessa Vieira de Sá Menezes pelo auxílio e fraternidade.

A toda a sociedade brasileira, que contribui com seus impostos para a existência e manutenção da universidade pública.

À Faculdade de Direito e à Universidade de São Paulo, pelo ensino de qualidade e excelência.

RESUMO

A proteção internacional dos direitos humanos pelo sistema das Nações Unidas vem sendo construída de maneira gradual pelos Comitês que realizam o monitoramento dos tratados instituídos no âmbito da ONU. O mapeamento das dificuldades, limites e alcances do acesso de vítimas de violação de direitos humanos por meio de Comunicações Individuais previstas nos Comitês permite delinear formas de litigância estratégica internacional. Nesse contexto, o levantamento da atuação das defensorias públicas, instituição que garante o acesso também à jurisdição internacional, tanto no sistema interamericano, como no sistema universal, mostra-se relevante para aferir qual sistema tem sido mais acionado e de qual maneira. Por fim, a partir da análise do sistema onusiano de Comunicações Individuais e as estratégias de atuação das defensorias públicas do Brasil, propõe-se uma política institucional especificamente para o peticionamento de casos individuais, com ênfase no sistema universal.

Palavras-chave: Sistema Universal de Proteção dos Direitos Humanos, Comitê de Tratados da ONU, Comunicações Individuais, defensorias públicas.

Davi Quintanilha Failde de Azevedo. Acesso ao Sistema Universal de Proteção dos Direitos Humanos por Meio do Mecanismo de Comunicações Individuais como Instrumento da Litigância Estratégica Internacional no Âmbito das Defensorias Públicas. 2020. 288 p. Grau (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SUMMARY

The international protection of human rights by the United Nations system has been built gradually by the Committees that monitor the treaties established within the UN. The mapping of the difficulties, limits and scope of access of victims of human rights violations by means of Individual Communications, set forth in the Committees, allows the delineation of forms of international strategic litigation. In this context, the survey of the Public Defender's Office, an institution that guarantees access to international jurisdiction, both in the inter-American system and in the universal system, is relevant to assess which system has been most activated and in what way. Finally, based on the analysis of the Onusian system of Individual Communications and the strategies of the Public Defender's Office, an institutional policy is proposed specifically for the activation in individual cases, focusing the universal system.

Key-words: Universal System of Protection of Human Rights, UN Treaty Committee, Individual Communications, Public Defenders Offices.

Davi Quintanilha Failde de Azevedo. Access to the Universal System of Human Rights Protection through the Individual Communications Mechanism as an Instrument for International Strategic Litigation within the Public Defenders Offices. 2020. 288 p. Degree (Master) – Faculty of Law, Univesity of São Paulo, São Paulo, 2020.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
PARTE I – O SISTEMA UNIVERSAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	14
CAPÍTULO 1 – BREVE HISTÓRICO E VISÃO GERAL DO SISTEMA UNIVERSAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	14
CAPÍTULO 2 – O SISTEMA DE MONITORAMENTO DOS COMITÊS DE TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS DA ONU	24
2.1 Reformas recentes nos Comitês de Monitoramento de Tratados	28
2.2 Linhas Gerais de Acesso e Procedimento dos Mecanismos de Comunicações Individuais de Violações de Direitos Humanos do Sistema ONU	39
PARTE II – ESPECIFICIDADES DOS COMITÊS DE MONITORAMENTO DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS DA ONU	56
CAPÍTULO 3 – PROCESSAMENTO DE CASOS INDIVIDUAIS E FUNCIONAMENTO DOS COMITÊS DE TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS DA ONU	56
3.1 Comitê de Direitos Humanos	56
3.2 Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	74
3.3 Comitê sobre os Direitos da Criança.....	80
3.4 Comitê para Eliminação da Discriminação Racial	91
3.5 Comitê Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes	99
3.6 Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher.....	109
3.7 Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	117
3.8 Comitê para a Proteção de Todas as Pessoas Contra o Desaparecimento Forçado .	128
3.9 Comitê sobre Trabalhadores Migrantes.....	134
PARTE III – COMUNICAÇÕES INDIVIDUAIS BRASILEIRAS NO SISTEMA UNIVERSAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	137
CAPÍTULO 4 – CASO ALYNE PIMENTEL NO COMITÊ PARA A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER.....	137
4.1 Análise da Comunicação Individual.....	138
4.2 Observações do Estado	143
4.3 Comentários da Autora sobre as Observações do Estado Parte sobre Admissibilidade e Mérito	145
4.4 Questões e Procedimentos Perante o Comitê	147
4.5 Recomendações do Comitê	151

4.6 Limites e Alcances	153
CAPÍTULO 5 – CASO LULA NO COMITÊ DE DIREITOS HUMANOS.....	157
5.1 Análise da Comunicação Individual	160
5.2 Tramitação do Caso no Comitê de Direitos Humanos	163
5.3 Precedentes no Sistema Universal de Direitos Humanos Envolvendo Direitos Civis e Políticos Citados no Caso Lula	167
5.4 Limites e Alcances	171
CAPÍTULO 6 – CASO S. C. NO COMITÊ SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	179
6.1 Análise da Comunicação Individual	179
6.2 Observações do Estado	183
6.3 Comentários do Autor sobre as Observações do Estado Parte	184
6.4 Consideração da Admissibilidade pelo Comitê	185
6.5 Limites e Alcances	186
PARTE IV – A ATUAÇÃO DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	188
CAPÍTULO 7 – AS DEFENSORIAS PÚBLICAS COMO ÓRGÃO PÚBLICO AUTÔNOMO E COMPETENTE PARA PROMOVER E PROTEGER OS DIREITOS HUMANOS.....	188
CAPÍTULO 8 – A FUNÇÃO INSTITUCIONAL DAS DEFENSORIAS DE REPRESENTAR AOS SISTEMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	195
8.1 Contribuição para Relatores(as) Especiais	196
8.2 Participação em Audiências e Períodos de Sessões	200
8.3 Atuação em Casos Individuais em Sistemas Internacionais de Proteção de Direitos Humanos	204
PARTE V – LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA NO MECANISMO DE COMUNICAÇÕES INDIVIDUAIS DO SISTEMA UNIVERSAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	218
CAPÍTULO 9 – LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA EM DIREITOS HUMANOS	218
9.1 Para Onde Encaminhar um Caso (Fórum Shopping)?	218
9.2 Alcances e Limites do Sistema de Comunicações Individuais do Sistema Universal de Proteção dos Direitos Humanos como Instrumento de Litigância Estratégica.....	230
CAPÍTULO 10 – PROPOSTA PARA ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS NO SISTEMA UNIVERSAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	239
10.1 Proposta de Protocolo de Atuação Internacional em Casos Individuais para Defensores(as) Públicos(as)	241

CONCLUSÃO.....	250
ANEXO I.....	255
ANEXO II.....	257
ANEXO III.....	261
ANEXO IV	264
ANEXO V	269
ANEXO VI	270
ANEXO VII.....	271
ANEXO VIII	272
REFERÊNCIAS	273

INTRODUÇÃO

Os direitos humanos são comumente conceituados como *standards*, princípios e valores internacionais que regulam a relação entre Estados e indivíduos, investindo nestes últimos um conjunto de direitos básicos que podem ser reclamados em relação aos primeiros¹. São direitos inerentes a todos os seres humanos e se baseiam no respeito pela dignidade e valor de cada pessoa. Eles derivam de valores humanos estimados e que são comuns a todas as culturas e civilizações².

O Direito Internacional dos Direitos Humanos consiste no conjunto de normas internacionais que estipula direitos essenciais do ser humano e se beneficia de garantias internacionais institucionalizadas. Seu marco histórico inicial é a Carta de São Francisco, tratado que criou a Organização das Nações Unidas em 1945, sendo que para explicitar quais seriam esses “direitos humanos” previstos genericamente na Carta de São Francisco foi aprovada, sob a forma de Resolução da Assembleia Geral da ONU, em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos³. No âmbito das Nações Unidas, foi sendo desenvolvido um verdadeiro sistema universal ou onusiano de proteção dos Direitos Humanos, de modo a conferir efetividade aos direitos reconhecidos pelos Estados Partes.

A parte I desta dissertação buscará desenvolver de maneira panorâmica o histórico e a forma de acionamento do sistema universal de proteção dos direitos humanos. A parte II se volta a aprofundar a análise dos mecanismos de comunicações individuais, com o desenvolvimento mais detido das formas de acesso e o procedimento dos Comitês que aceitam casos individuais, quais sejam: 1) Comitê de Direitos Humanos; 2) Comitê sobre os Direitos da Criança; 3) Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial; 4) Comitê Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes; 5) Comitê sobre

¹ COLE, Wade M. Human Rights as Myth and Ceremony? Reevaluating the Effectiveness of Human Rights Treaties. *American Journal of Sociology*, vol. 117, N. 4 (January 2012), p. 1.131-1.171. The University of Chicago Press, p. 1.149-1.150.

² OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. Frequently Asked Questions on a Human Rights-based Approach to Development Cooperation (United Nations publication, Sales N. E.06.XIV.10), p. 1.

³ CARVALHO RAMOS, André de. *Processo Internacional dos Direitos Humanos*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019, p. 4-5. Ainda de acordo com CARVALHO RAMOS, André de. *Curso de direitos Humanos*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019, p. 3-4, explicita que os direitos humano têm uma estrutura variada, podendo ser: direito-pretensão na forma de um dever (buscar por algo em relação a outrem, ou o direito a algo, se outrem, Estado ou particular, tem o dever de realizar uma conduta que não viole esse direito); direito-liberdade, na forma de uma ausência de direito (faculdade de agir, que gera a ausência de direito de qualquer outro ente ou pessoa); direito-poder, na forma de uma sujeição (relação de poder de uma pessoa de exigir determinada sujeição do Estado ou de outra pessoa); e direito-imunidade, na forma de uma incompetência (autorização dada por uma norma a uma determinada pessoa, impedindo que outra interfira de qualquer modo).

a Eliminação da Discriminação Contra as Mulheres; 6) Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; 7) Comitê para a Proteção de Todas as Pessoas Contra o Desaparecimento Forçado; 8) Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e 9) Comitê sobre Trabalhadores Migrantes.

Na parte III serão descritos os três casos brasileiros no sistema universal de proteção dos Direitos Humanos, sendo eles o Caso Alynne Pimentel no Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, o Caso Lula no Comitê de Direitos Humanos e o Caso S. C. no Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Como objetivo, busca-se descrever, a partir da análise de tais casos concretos, os limites e alcances da atuação dos três Comitês ao decidirem sobre esses casos envolvendo o Brasil.

A consolidação dos Direitos Humanos no Brasil depende de uma série de fatores, dentre eles o fortalecimento de instituições nacionais que fomentem a aplicação de tratados sobre a matéria, exigindo dos poderes instituídos a observância de parâmetros internacionais na consecução de suas atividades. Nesse contexto, as defensorias públicas do Brasil surgem de fato como importante instituição que realiza a proteção dos direitos humanos. A instituição tem inclusive fomentado o controle de convencionalidade⁴ do direito produzido internamente, com a aplicação de tratados internacionais na prática cotidiana, como o desenvolvimento de teses fundamentadas no Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Além disso, algo muito peculiar do Brasil é a atribuição legal explícita das defensorias em atuarem tanto no contencioso, com denúncias de demandas individuais e coletivas perante os sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, como na produção de relatórios e participação em audiências solicitadas por organismos internacionais.

Assim, a parte IV desta dissertação tratará da atribuição *suis generis* das defensorias que permite o acionamento de organismos internacionais. Após tal caracterização serão apresentadas informações sobre a submissão de casos para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e também outras formas, como o envio de relatórios para relatores especiais, apelos urgentes, participação em audiências públicas realizadas por órgãos internacionais, entre outros. O objetivo de tal levantamento é o de demonstrar a potencialidade das defensorias em realizar uma litigância estratégica utilizando-se do sistema de comunicações individuais dos comitês de tratados de direitos humanos da ONU.

⁴ Sobre o assunto: CARVALHO RAMOS, André. *Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional*. São Paulo: Saraiva, 4. ed., 2014, p. 294. O controle de convencionalidade é entendido como a análise da compatibilidade dos atos internos em face de normas internacionais.

Vale destacar que o Brasil está submetido ao sistema interamericano e ao sistema universal de proteção dos direitos humanos. Nesse sentido, o artigo 46, “c”, da Convenção Americana de Direitos Humanos estipula que a parte interessada deve escolher um sistema ou outro quando desejar submeter um caso para algum organismo internacional de proteção dos direitos humanos. Isto pode gerar uma série de dúvidas sobre qual sistema é o mais adequado e quais vantagens e desvantagens na escolha de um em detrimento do outro. A própria parte quando opta por um comitê em determinado caso, pese a indivisibilidade dos direitos humanos, pode estar diante de uma escolha difícil, considerando a profusão de questões passíveis de análise em cada caso e que são igualmente abrangidas dentro do escopo de proteção de diferentes tratados.

A parte V trará, desse modo, uma proposta de litigância estratégica no mecanismo de comunicações individuais do Sistema Universal de Proteção dos Direitos Humanos na forma de um protocolo de atuação internacional em casos individuais para as defensorias públicas. Buscou-se destacar as limitações e os alcances do sistema de comunicações individuais dos comitês de tratados de direitos humanos da ONU como instrumento de litigância estratégica em comparação ao sistema interamericano e desenvolver uma proposta factível de atuação estratégica para as defensorias públicas.

CONCLUSÃO

O acesso aos Comitês de tratados de direitos humanos da ONU encontra diversos entraves, de modo que até o momento apenas três casos brasileiros foram submetidos para um dos Comitês, pese a quantidade de violações de direitos humanos existentes no país.

Após o mapeamento da atuação internacional das defensorias públicas nos sistemas internacionais de proteção de direitos humanos, tanto em casos individuais, como participação em audiências públicas, envio de relatórios e outras formas de atuação, observa-se um predomínio da utilização do sistema interamericano.

No caso das defensorias públicas, a proximidade e os contatos com o sistema interamericano possivelmente influenciariam o maior acionamento do sistema regional em detrimento do universal. Talvez um fator preponderante seja o da necessidade, aparentemente compreensível, de a reclamação ser exclusivamente admissível em uma das 6 línguas oficiais da ONU e de estar redigida com o emprego de técnica jurídica. Outro fator que pode contribuir por inexistir casos brasileiros no sistema universal é o do próprio desconhecimento do funcionamento dos Comitês, decorrente da falta de formação específica dos profissionais que atuam nessa área.

A partir do Caso Alyne Pymmentel, poder-se-ia aduzir que o acionamento do sistema aumentaria, já que o caso teve relativo sucesso. Por outro lado, o Caso Lula mostra-se como verdadeiro ponto de inflexão, ao mesmo tempo em que trouxe maior publicidade ao sistema dos Comitês, a receptividade da medida interina aplicada coloca sob suspeita a efetividade do sistema no Brasil, podendo ter efeitos deletérios em escala global.

O Caso Lula será um dos paradigmas para analisar se o sistema de Comunicações Individuais dos tratados de direitos humanos da ONU é instrumento adequado para a litigância estratégica em direitos humanos também para as defensorias públicas. A forma como o Supremo Tribunal Federal tem interpretado de maneira nada voluntariosa as recomendações do Comitê coloca em dúvida o alcance que uma observação final pode ter em termos de efetividade. Em grande medida, a vontade estatal de cumprir a decisão, conforme o cenário político interno do momento, será um dos fatores determinantes.

A escolha entre o mecanismo de Comunicações Individuais do sistema universal em comparação ao sistema regional (interamericano) de proteção dos direitos humanos não é uma escolha fácil. Critérios de duração razoável dos procedimentos, concretização das decisões, dificuldade de acesso, custos, são todos válidos para avaliar determinado caso, bem como o próprio perfil da vítima e os padrões internacionais de proteção que serão usados como paradigma a depender do direito violado.

A diferença de organização institucional dos Comitês também é outro fator que merece análise, já que, por ser um corpo de *experts* independentes, o próprio Alto Comissariado das Nações Unidas sempre reforça que as recomendações não são propriamente da ONU, mas sim dos membros de cada Comitê. Ao mesmo tempo, os diversos movimentos de tentativa de enfraquecimento do sistema, seja com a criação de um Comitê único, ou ainda com propostas de mudanças dentro do sistema, as quais podem traduzir-se como forma de ingerência indevida.

Uma das necessidades imediatas para maior efetividade do sistema seria o de fornecer um modelo de assistência jurídica que dê suporte aos indivíduos hipossuficientes, visando a consolidação do sistema universal como *locus* de afirmação de direitos. O Caso S. C. do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência poderia ter um final distinto, caso a interessada tivesse sido assistida por um profissional com conhecimento jurídico e do próprio sistema universal. Nesse sentido, é possível vislumbrar uma espécie de Convênio do Alto Comissariado com a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos, a qual inclusive solicitou recentemente *status* consultivo junto ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC), o que demonstra tentativa de aproximação institucional com a ONU. Poderia ser vislumbrado um convênio semelhante ao da Associação Interamericana de Defensorias Públicas.

Para os fins desta dissertação, o desenho do fluxo de acionamento dos diferentes Comitês possibilitou a elaboração de um plano de atuação estratégica no âmbito das defensorias públicas, o que poderá ser também útil para organizações não governamentais de proteção dos direitos humanos. Tal proposta poderá ser apresentada ao Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (CONDEGE), por meio da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que já aprovou a elaboração de um protocolo de atuação internacional, o que auxiliará na utilização do mecanismo de Comunicações Individuais. Ter o conhecimento da possibilidade de utilização de tal sistema é útil, na medida em que amplia os instrumentos de litigância internacional à disposição do(a) defensor(a).

Apesar de não ter sido o escopo principal desta dissertação realizar uma comparação entre o sistema interamericano e o onusiano, o que mereceria uma análise mais aprofundada principalmente do sistema interamericano, foi possível, em uma análise perfunctória, inferir alguns critérios preliminares para escolha de um dos sistemas.

Determinar qual sistema, interamericano ou onusiano, é melhor do que o outro não parece ser algo a se fazer de maneira abstrata. Daí mostra-se sempre recomendável, em diálogo com a vítima, construir a melhor estratégia, considerando sempre seu consentimento

livre e esclarecido. De qualquer modo, vale destacar alguns fatores, ainda que não exaustivos, que não excluem outros discorridos ao longo desta dissertação:

O nível de especialização dos Comitês, a histórica celeridade na análise dos casos, impacto em nível global e consequente maior divulgação do caso e exposição da vítima, maior prazo para submissão de um caso a contar do esgotamento dos recursos internos e eventual desejo da vítima de utilização política em ter um pronunciamento de um órgão do sistema universal de proteção dos direitos humanos (embora a ONU sempre ressalte a independência dos Comitês quando realiza informes de imprensa), a possibilidade de pleitear direitos econômicos, sociais e culturais de grupos específicos (mulheres, crianças e pessoas com deficiência) sem maiores entraves, dentre outros, são fatores positivos preponderantes para a escolha de tal sistema em detrimento do sistema interamericano.

Por outro lado, preponderam os seguintes fatores negativos, quando da eventual submissão de um caso a um dos Comitês: necessidade de tradução para uma das línguas oficiais, tanto da petição, como dos documentos; questões orçamentárias, estruturais e políticas que têm afetado de maneira mais gravosa recentemente o funcionamento dos Comitês; a forma como o direito interno tem reconhecido e dado efetividade às recomendações dos Comitês, entre outros.

Por fim, fatores que podem ser positivos ou negativos, a depender do caso e circunstâncias envolvem: o tipo de obrigação internacional assumida pelo Estado em um tratado específico, que pode ser mais restritiva ou não em relação ao sistema interamericano; a pluralidade de Comitês com a existência de diferentes tratados voltados à proteção de grupos específicos e que possuem direitos superpostos, de modo que o mesmo direito possui previsão em tratados diversos, o que pode levar ao acionamento de mais de um Comitê, caso haja violações múltiplas e cindíveis; o momento político interno, principalmente a composição do Executivo, que pode ser refratária ou mais aberta a aceitar as recomendações dos Comitês; o tipo de medida a ser esperada de determinado Comitê, conforme sua prática, podendo se voltar a medidas mais estruturais ou de caráter mais pecuniário, entre outros.

Já em relação ao sistema interamericano fatores negativos envolvem o filtro existente na Comissão e, principalmente, na submissão do caso à Corte, o que pode levar à reflexão sobre quais casos seriam emblemáticos e com potencial de resultarem em uma sentença internacional; a demora na tramitação dos casos no sistema; a falta de recursos humanos e estruturais principalmente na CIDH; o desenvolvimento ainda recente da possibilidade de acionamento de direitos econômicos, sociais e culturais, para além do já estipulado no Pacto de San Salvador.

De outra banda, fatores positivos envolvem: a natureza jurídica de sentença internacional das decisões da Corte; a facilidade de execução da parte pecuniária em âmbito interno; em regra, a experiência, familiaridade com o procedimento e contatos mais próximos com relatores, comissionados e funcionários do sistema; custos de litigância a princípio menores, principalmente em relação a viagens e hospedagem; português como língua oficial a ser usada em petições e documentos.

Em relação a fatores relevantes, que dependem do caso, pode-se elencar: a pauta existente no momento da propositura do caso, que pode acelerar sua análise não cronologicamente (*per saltum*); o sistema conciliatório existente na CIDH; decisões e recomendações de caráter estruturais emanadas pela Corte e pela CIDH; o tipo de obrigação internacional assumida pelo Estado em um tratado específico, que podem ser mais restritivas ou não em relação ao sistema onusiano; a existência de diversos tratados, mas dois órgãos, Comissão e Corte, que analisam todos os tratados do sistema de maneira sucessiva, sem necessidade de cisão de um caso; conhecimento do contexto regional e maior proximidade com os problemas estruturais do continente; composição do executivo e maior ou menor aceitação do sistema.

A iniciativa da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, do Ministério Público Federal e da Clínica de Direito Internacional dos Direitos Humanos da USP de tradução dos Comentários Gerais dos Comitês de Tratados de Direitos Humanos da ONU também demonstram a intenção de que tais parâmetros sejam cada vez mais internalizados na prática jurídica brasileira.

A partir da difusão dos conhecimentos ora trazidos, espera-se que os padrões internacionais do sistema universal de proteção de direitos humanos sejam cobrados internamente, também com vista a possível acionamento por meio do mecanismo de Comunicações Individuais de incidência ainda muito incipiente no país.

ANEXO I

Modelo de Formulário de Denúncia⁶¹⁷

Para comunicações segundo:

- Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos
 - Convenção Contra a Tortura, ou
- Convenção Internacional sobre a Eliminação da Discriminação Racial

Por favor, indique qual dos procedimentos acima você está invocando:

Data:

I Informações sobre o autor da denúncia:

Sobrenome:

Primeiro Nome:

Nacionalidade:

Data e local de nascimento:

Endereço para correspondência sobre esta denúncia:

Enviando a comunicação:

em seu nome:

em nome de outra pessoa:

Se a reclamação estiver sendo enviada em nome de outra pessoa:

Por favor, forneça os seguintes dados pessoais dessa outra pessoa.

Sobrenome:

Primeiro Nome:

Nacionalidade:

Data e local de nascimento:

Endereço ou paradeiro atual:

⁶¹⁷ Tradução livre do modelo em inglês. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/TB/ComplaintForm.doc>.

Se você está agindo com o conhecimento e o consentimento dessa pessoa, por favor, forneça a autorização dessa pessoa para você fazer esta denúncia.

Ou

Se você não for autorizado, por favor, explique a natureza do seu relacionamento com essa pessoa e detalhe por que você considera apropriado apresentar esta queixa em seu nome:

II Estado envolvido / Artigos violados

Nome do Estado contra o qual a denúncia é dirigida:

Artigos do Pacto ou Convenção alegadamente violados:

III Esgotamento dos recursos internos / Aplicação a outros procedimentos internacionais

Medidas tomadas por ou em nome das supostas vítimas para obter reparação dentro do Estado em questão pela suposta violação – detalhes sobre quais procedimentos foram adotados, incluindo o recurso aos tribunais e outras autoridades públicas, que reclamações foram feitas por você, em que momentos, e com quais resultados:

Se você não esgotou esses recursos com base no fato de que essa solicitação estaria sendo prolongada indevidamente, de modo que eles não seriam efetivos, que não estão disponíveis para você ou por qualquer outro motivo, explique suas razões detalhadamente:

Você já apresentou o mesmo assunto para exame sob outro procedimento de investigação ou acordo internacional (por exemplo, a Comissão Interamericana de direitos humanos, a Corte Europeia de direitos humanos ou a Comissão Africana de direitos humanos e dos Povos)?

Em caso afirmativo, detalhe quais procedimentos foram ou estão sendo perseguidos, quais afirmações você fez, em quais momentos e com quais resultados:

IV Fatos da denúncia

Detalhe, em ordem cronológica, os fatos e as circunstâncias das violações alegadas. Inclua todos os assuntos que possam ser relevantes para a avaliação e consideração do caso particular. Por favor, explique como você considera que os fatos e as circunstâncias descritos violam seus direitos.

Assinatura do autor:

[Os espaços em branco nas várias seções desse modelo de comunicação simplesmente indicam onde suas respostas são necessárias. Você deve reservar o máximo de espaço necessário para definir suas respostas.]

V *Checklist de documentação probatória (cópias, não originais, a serem anexadas à sua reclamação):*

- Autorização escrita para agir (se apresentar a queixa em nome de outra pessoa e não justificar a ausência de autorização específica):
- Decisões dos tribunais e autoridades nacionais sobre o seu caso (uma cópia da legislação nacional relevante também é útil):
- Reclamações e decisões por qualquer outro procedimento de investigação ou resolução internacional:
- Qualquer documentação ou outra evidência de corroboração que você possua que substantia sua descrição na Parte IV dos fatos de sua reclamação e / ou seu argumento de que os fatos descritos constituem uma violação de seus direitos:

Por favor inclua, se necessário, uma indicação na língua da ONU (árabe, chinês, inglês, espanhol, francês e russo) do conteúdo da documentação enviada.

Sua comunicação não deve exceder 50 páginas (excluindo anexos). Caso sua denúncia exceda vinte páginas, você também deve enviar um breve resumo.

ANEXO II

Diretrizes para submissão⁶¹⁸

O seguinte questionário fornece uma diretriz para aqueles que desejam submeter uma comunicação para consideração pelo Comitê para a Eliminação da Discriminação Contra as Mulheres sob o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. Por favor, forneça o máximo de informações disponíveis em resposta aos itens listados abaixo.

Envie sua comunicação para:

Equipe de petições

Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos

Escritório das Nações Unidas em Genebra

1211 Genebra 10, Suíça

E-mail: petitions@ohchr.org

1 Informações relativas ao(s) autor(es) da Comunicação

- Sobrenome
- Primeiro nome
- Data e local de nascimento
- Nacionalidade / cidadania
- Número do passaporte / carteira de identidade (se disponível)
- Sexo
- Estado civil / filhos
- Profissão
- Se relevante, contexto étnico, afiliação religiosa, grupo social

⁶¹⁸ Tradução livre do modelo disponível em COMMITTEE ON THE ELIMINATION OF DISCRIMINATION AGAINST WOMEN. How to submit individual complaints under the Optional Protocol to CEDAW. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/cedaw/docs/FS_ModelCommunicationForm.doc>. Acesso em: 14 maio 2019.

- Endereço presente
- Endereço para correspondência confidencial (se diferente do endereço atual)
- Telefone / e-mail
- Indique se você está enviando a Comunicação como:
 - Suposta vítima. Se houver um grupo de indivíduos supostamente vítima, forneça informações básicas sobre cada indivíduo.
 - Em nome da(s) suposta(s) vítima(s). Fornecer evidências que demonstrem o consentimento da(s) vítima(s) ou razões que justifiquem o envio da Comunicação sem tal consentimento.

2 Informações relativas à(s) suposta(s) vítima(s) (se for diferente do autor)

- Sobrenome
- Primeiro nome
- Data e local de nascimento • Nacionalidade / nacionalidade
- Número do passaporte / carteira de identidade (se disponível)
- Sexo
- Estado civil / filhos
- Profissão
- Origem étnica, afiliação religiosa, grupo social (se relevante)
- Endereço presente
- Endereço para correspondência confidencial (se diferente do endereço atual)
- Telefone / e-mail

3 Informações sobre o Estado Parte interessado

- Nome do Estado Parte (país)

4 Fatos da denúncia e da data da(s) violação(ões) alegada(s)

Por favor detalhe, em ordem cronológica, os fatos e as circunstâncias das supostas violações, incluindo:

- Descrição da (s) suposta (s) violação(ões) e suposta(s) autor(es)
- Data(s)
- Local(is)
- Disposições da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher que foram supostamente violadas. Se a Comunicação se refere a mais de uma provisão, descreva cada questão separadamente.

5 Medidas tomadas para esgotar os recursos internos

Descreva a ação tomada para esgotar os recursos internos; por exemplo, tentativas de obter soluções legais, administrativas, legislativas, políticas ou recursos intentados, incluindo:

- Tipo(s) de recurso(s) buscado(s)
- Data(s)
- Local(is)
- Quem iniciou a ação
- Qual autoridade ou órgão foi abordado?
- Nome do tribunal que julga o caso (se houver)
- Se você não esgotou os recursos internos com base no fato de que sua solicitação seria prolongada indevidamente, que eles não seriam eficazes, que não estão disponíveis para você ou por qualquer outro motivo, explique suas razões em detalhes.

Por favor, note: envie cópias de toda a documentação relevante.

6 Outros procedimentos internacionais

O mesmo assunto já foi examinado ou está sendo examinado sob outro procedimento de investigação ou acordo internacional? Se sim, explique:

- Tipo de procedimento(s)
- Data(s)
- Local(is)
- Resultados (se houver)

Por favor, note: envie cópias de toda a documentação relevante.

7 Divulgação do(s) seu(s) nome(s)

Você concorda com a divulgação de seu(s) nome(s) ao Estado Parte caso sua Comunicação seja registrada pelo Comitê de acordo com o parágrafo 1º do artigo 6º do Protocolo Facultativo e com o parágrafo 1º do artigo 69 do Regulamento do Comitê?

8 Data e assinatura

Data / local:

Assinatura do(s) autor(es) e /ou vítima(s):

9 Lista de documentos anexados (não enviar originais, apenas cópias)

ANEXO III

Diretrizes Revisadas para Submissão de Comunicações ao Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência sob o Protocolo Facultativo à Convenção adotado pelo Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência⁶¹⁹

1 Informações sobre o(s) autor(es) da Comunicação

- Sobrenome
- Primeiro e demais nomes
- Data e local de nascimento
- Nacionalidade / cidadania
- Sexo
- Outros dados de identificação pessoal relevantes (se algum dos detalhes acima não estiver disponível)
- Endereço presente
- Endereço para correspondência confidencial (se diferente do endereço atual)
- Telefone ou número de celular (se houver)
- Endereço de e-mail (se houver)
- Número de fax (se houver)
- Se você estiver enviando a Comunicação em nome da(s) suposta(s) vítima(s), forneça provas que demonstrem o consentimento da(s) vítima(s) ou razões que justifiquem o envio da Comunicação sem tal consentimento.

2 Informações sobre a(s) suposta(s) vítima(s)

- Nome da família
- Primeiro e demais nomes
- Data e local de nascimento
- Nacionalidade / cidadania
- Sexo
- Se considerar apropriado, indique se a(s) suposta(s) vítima(s) tem alguma deficiência e, em caso afirmativo, a natureza da sua deficiência.
- Outros dados de identificação pessoal relevantes (se algum dos detalhes acima não estiver disponível)

⁶¹⁹Tradução livre. COMMITTEE ON THE RIGHTS OF PERSONS WITH DISABILITIES. Fifth session. 11–15 April 2011. Revised guidelines for submission of communications to the Committee on the Rights of Persons with Disabilities under the Optional Protocol to the Convention adopted by the Committee on the Rights of Persons with Disabilities. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/CRPD/CRPD-C-5-3-Rev.1_en.doc>. Acesso em: 14 maio 2019.

- Endereço presente
- Endereço para correspondência confidencial (se diferente do endereço atual)
- Telefone ou número de celular (se houver)
- Endereço de e-mail (se houver)
- Número de fax (se houver)
- Se a comunicação diz respeito a um grupo de indivíduos que alegam ser vítimas, por favor, forneça informações básicas sobre cada indivíduo, de acordo com a lista acima.

3 Informações sobre o Estado parte interessada

Nome do Estado Parte (país)

4 Assunto da comunicação

5 Natureza da(s) violação(ões) alegada(s)

Forneça informações detalhadas para comprovar sua reivindicação, incluindo:

- Descrição das supostas violações, especificando os atos ou omissões que motivaram a Comunicação.
- Detalhes do(s) autor(es) da violação alegada
- Data(s)
- Lugar(es)
- O quanto possível, por favor, indique quais as disposições da Convenção que foram alegadamente violadas. Se a Comunicação se refere a mais de uma provisão, descreva cada questão separadamente.

6 Medidas tomadas para esgotar os recursos internos

Descrever a ação adotada para esgotar os recursos internos no Estado Parte onde ocorreu(ram) a(s) violação(ões) alegada(s) de direitos protegidos pela Convenção, tais como tentativas de obter reparação legal ou administrativa. Qualquer queixa submetida ao Comitê deve ser primeiramente submetida aos tribunais e a autoridades nacionais para consideração.

Em particular, por favor indique:

- Tipo(s) de ação adotada pela(s) suposta(s) vítima(s) para esgotar os recursos internos, tais como decisões de tribunais internos.
- Autoridade ou organismo destinatário
- Nome do tribunal que julga o caso (se houver)
- Data(s)
- Lugar(es)
- Quem iniciou a ação ou buscou uma solução
- Pontos-chave da decisão final da autoridade, órgão ou tribunal.

- Se os recursos internos não tiverem sido esgotados, explique o porquê.

Nota: Por favor, inclua cópias de toda a documentação relevante, incluindo cópias de decisões legais ou administrativas, ou legislação interna relacionada ao caso ou resumos de tais decisões ou legislação em um dos idiomas de trabalho da Secretaria (inglês, francês, espanhol ou russo).

7 Outros procedimentos internacionais

O mesmo assunto já foi examinado ou está sendo examinado sob outro procedimento de investigação ou acordo internacional? Se sim, explique:

- Tipo de procedimento(s)
- Corpo ou corpos dirigidos
- Data(s)
- Lugar(s)
- Resultados (se houver)

Nota: Por favor, inclua cópias de toda a documentação relevante.

8 Pedidos específicos/medidas

Por favor, detalhe os pedidos específicos ou recursos que estão sendo submetidos ao Comitê para consideração.

9 Data, local e assinatura

Data de comunicação: _____

Lugar de assinatura de comunicação: _____

Assinatura do(s) autor(es) e/ou da(s) suposta(s) vítima(s): _____

10 Lista de documentos em anexo

Nota: Não envie originais, apenas cópias.

11 Endereço para apresentação da Comunicação

Por favor, envie sua comunicação para:

Equipe de Petições

Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

Escritório das Nações Unidas em Genebra

1211 Genebra 10, Suíça

E-mail: petitions@ohchr.org

Fax: +41 22 917 90 22

ANEXO IV

Formulário Modelo para Submissão⁶²⁰

O formulário modelo a seguir fornece orientação para aqueles que desejam submeter uma Comunicação para consideração pelo Comitê sobre Desaparecimentos Forçados, conforme o artigo 31 da Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas Contra o Desaparecimento Forçado. Por favor, forneça informações relevantes e pertinentes em resposta aos itens listados abaixo. Sua Comunicação não deve exceder 50 páginas (sem anexos).

1 Informações sobre o Estado parte interessada

- Nome do Estado Parte (país) o qual se alegou ter cometido a violação
 - que é parte na Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas Contra o Desaparecimento Forçado e
 - que tenha feito a declaração de acordo com o artigo 31 da Convenção

2 Informações relativas ao(s) autor(es) da Comunicação

- Sobrenome _____ • Primeiro nome _____
- Um endereço de residência habitual _____
- Endereço para correspondência confidencial (se diferente do endereço atual)

- Telefone /e-mail (se disponível) _____ / _____
- Se você estiver agindo com o conhecimento e consentimento dessa pessoa, forneça a autorização dessa pessoa para apresentar essa reclamação; ou
- Se você não for autorizado, por favor, explique a natureza do seu relacionamento com essa pessoa: _____ e detalhe por que você considera apropriado apresentar esta queixa em seu nome:

- Se você deseja que sua identidade não seja divulgada em decisão final do Comitê sobre a sua Comunicação, por favor, indique:

3 Informações sobre a(s) alegada(s) vítima(s)

Se houver um grupo de indivíduos supostamente vítimas, forneça informações básicas sobre cada indivíduo.

- Sobrenome _____ • Primeiro nome _____

⁶²⁰ Tradução livre. COMMITTEE ON ENFORCED DISAPPEARANCE. Guidance for Submission of Communications to the Committee on Enforced Disappearances. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/CED/Art31ModelComplaintsForm.doc>>. Acesso em: 14 maio 2019.

- Sexo _____
- Data de nascimento _____
- Local e país de nascimento _____
- Nacionalidade (nacionalidades) / cidadania _____
- Um endereço de residência habitual _____
- Se você deseja que sua identidade não seja divulgada em decisão final do Comitê sobre a sua Comunicação, por favor, indique: _____
- Se sua Comunicação refere-se ao desaparecimento forçado de uma pessoa, também forneça as seguintes informações sobre a vítima, ou vítimas, se disponível (**opcional**):
 - Outros nomes pelo qual ele ou ela pode ser conhecido (se aplicável/disponível) _____
 - Profissão/Ocupação/Outras atividades relevantes _____
 - Nome do pai _____
 - Nome da mãe _____
 - Se relevante, origem étnica, pertencente a um povo indígena ou a uma minoria, afiliação religiosa, filiação em grupo político ou social _____
 - Documento de identidade (passaporte, cartão de identidade nacional, título de eleitor ou qualquer outro cartão de identidade nacional relevante)
 - A pessoa tinha menos de 18 anos de idade no momento do desaparecimento?
_____ sim / _____ não
 - Estado Civil /Filhos _____ / _____
 - Grávida _____ sim / _____ não. Se sim, por favor, especifique se possível o número de meses no momento do desaparecimento _____

4 Fatos de Comunicação e artigos violados

- Por favor, detalhe, em ordem cronológica, os fatos e as circunstâncias de violações alegadas. Inclua todos os assuntos que possam ser relevantes para a avaliação e consideração do seu caso particular.
- Se possível, identifique os artigos da Convenção supostamente violados.

- Explique como você considera que os fatos e circunstâncias descritos violaram os direitos da Convenção. Se a comunicação se refere a mais de uma provisão, descreva cada questão separadamente.

Importante: Por favor, note que é altamente recomendável anexar cópias da documentação pertinente às suas reivindicações. **NÃO ENVIE ORIGINAIS**

Se sua Comunicação refere-se ao desaparecimento forçado de uma pessoa, incluir as seguintes informações como parte dos fatos (**se possível**):

- (a) Data de prisão, sequestro ou desaparecimento.
- (b) Local de detenção, rapto ou local onde ocorreu o evento (seja o mais preciso possível). Indicar rua, cidade, província ou qualquer outra informação relevante.
- (c) Data em que a pessoa foi vista pela última vez, se diferente da data de detenção ou sequestro (por exemplo: se for observada num período de prisão após a detenção inicial ou o sequestro).
- (d) Local onde a pessoa foi vista pela última vez (se diferente do lugar de detenção ou sequestro. Por exemplo: se visto em uma prisão meses após a captura ou sequestro. Por favor, seja o mais preciso possível. Indique rua, cidade, província ou qualquer outra informação relevante)
- (e) Se possível, por favor, forneça uma descrição completa de como o desaparecimento ocorreu.
- (f) Identidade, se possível, de forças, entidades ou grupos apoiados pelo Estado ou do Estado que se acredita serem responsáveis pelo desaparecimento.
 - i. Se acredita-se que os perpetradores sejam agentes do Estado, especifique e indique quem e por que eles são responsáveis. Seja o mais preciso possível - militares, policiais, pessoas uniformizadas ou civis, agentes dos serviços de segurança, unidade a que pertencem, hierarquia e funções, identificações apresentadas, etc. -.
 - ii. Se a identificação como agentes do Estado não for possível, especificar qual grupo ou entidade acredita-se ser responsável. Por favor, indique se os seus membros agiram com a autorização, apoio ou aquiescência do Estado. Explique por que você acredita que Autoridades Governamentais, ou pessoas ligadas a elas, podem ser responsável pelo incidente.
- (g) Informações adicionais sobre o caso. Por favor, indique qualquer outra informação relevante que possa ser útil.

5 Esgotamento dos recursos internos disponíveis efetivos

Descreva a ação tomada por ou em nome da(s) suposta(s) vítima(s) para obter reparação dentro do Estado envolvido pelas violações alegadas. Por exemplo, processos administrativos e / ou judiciais, incluindo:

- Tipo(s) de medida desejada
- Data(s)
- Lugar(es)
- Quem começou a ação
- Qual autoridade ou órgão é abordado
- Nome do tribunal que julga o caso (se houver)
 - Resposta/resultados (se houver)

Os recursos internos não precisam ser esgotados se a sua solicitação for prolongada indevidamente, se não forem eficazes, senão estiverem disponíveis para você. Se você não esgotou os recursos internos por esses motivos, ou por qualquer outro, explique- os em detalhes.

Importante: Coloque cópias de toda a documentação relevante (por exemplo, decisões administrativas ou judiciais). **NÃO ENVIE ORIGINAIS**

6 Aplicação a outros procedimentos internacionais

Você enviou a mesma questão para exame sob outro procedimento de investigação ou acordo internacional (por exemplo, o Comitê de direitos humanos, o Comitê contra a Tortura ou outros Comitês que monitoram a implementação dos principais tratados internacionais de direitos humanos; ou mecanismos regionais, como o Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, a Comissão Africana dos Direitos Humanos ou o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos)?

Se sim, por favor, detalhe

- Que procedimentos foram ou estão sendo buscados
- Quais afirmações você fez
- Quando você enviou sua reclamação
- Qual foi o resultado (se houver)

Importante: Coloque cópias da documentação relevante (por exemplo, sua submissão, o resultado final). **NÃO ENVIE ORIGINAIS**

7 Pedido de medidas provisórias (opcional)

Você deve indicar expressamente se você é o Comitê para solicitar medidas provisórias do Estado em questão para evitar danos irreparáveis à vítima da suposta violação. Nesse caso:

- descreva risco de pessoal da vítima;
- identificar os possíveis danos irreparáveis;
- se possível, indicar a medida (s) que poderiam ser tomadas pelo Estado em causa, a fim de evitar possíveis danos irreparáveis.

8 Data e assinatura

Data / local:

Assinatura do (s) autor (es) e / ou vítima (s):

9 Lista de documentos anexados (não enviar originais, apenas cópias)

O (s) autor (es) de uma comunicação são obrigados a certificar-se, antes de enviar o formulário de comunicação, que todos os elementos exigidos acima mencionados estão incluídos. Isso permitirá uma consideração mais adequada do caso.

ANEXO V

Tabela 1: Aceitação de Comunicações Individuais pelo Brasil⁶²¹

Aceitação de Procedimentos de Comunicações Individuais dos Comitês de Tratados da ONU pelo Brasil			
Tratado	Data de Assinatura/ Adesão	Data de Ratificação	Data de Aceitação da Competência do Comitê
CAT, art. 22 – Procedimento individual de reclamações sob a Convenção contra a Tortura	23/09/1985	28/09/1989	26/06/2006
CCPR-OP1 – Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos	25/09/2009	25/09/2009	25/09/2009
CEDAW-OP – Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher	13/03/2001	28/06/2002	25/09/2009
CERD, Art. 14 – Procedimento Individual de reclamações no âmbito da Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial	07/03/1966	27/03/1968	17/06/2002
CRC-OP-IC – Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança	28/02/2012	29/09/2017	29/09/2017
CRPD-OP – Protocolo opcional à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	30/03/2007	01/08/2008	01/08/2008

⁶²¹ Tabela 1: Brasil. Aceitação de Comunicações Individuais pelo. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/TreatyBodyExternal/Countries.aspx?CountryCode=BRA&Lang=EN>

ANEXO VI

Fluxograma 1

ANEXO VII

Fluxograma 2

ANEXO VIII

Fluxograma 3

REFERÊNCIAS

A. A. Cançado Trindade. Desafios e Conquistas do Direito Internacional dos Direitos Humanos no Início do Século XXI. In: A. P. Cachapuz Medeiros (Org.) *Desafios do Direito Internacional Contemporâneo*. Brasília: Funag, 2007, p. 409-490.

ALMEIDA, Guilherme de. Acesso à justiça, direitos humanos e novas esferas da justiça. Contemporânea – *Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 2, n. 1, jan-jun 2012, p. 83-102.

ALSTON, Philip. MEGRET, Frederic. *The United Nations and human rights: a critical appraisal*. Oxford: Oxford University Press. 2008.

ALSTON, Philip. *The Committee on Economic, Social and Cultural Rights, in The United Nations and Human Rights*, edited by Philip Alston, Oxford: Clarendon Press, 1996.

ALSTON, Philip; CRAWFORD, James. *The Future of UN Human Rights Treaty Monitoring*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

ALSTON, Philip; GOODMAN, Ryan; STEINER, Henry J. *International Human Rights in Context: Law, Politics, Morals*. 3. ed. New York: Oxford University Press Inc., 2007, p. 193.

ALVES, Henrique Napoleão. Introdução ao Sistema ONU de solução de controvérsias em direitos humanos. *Revista do CAAP*, v. XVIII, p. 189-234, 2009.

ALVES, José Augusto Lindgren. *Os direitos humanos como tema global*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

AMARAL JUNIOR, Alberto do. A Proteção Internacional dos direitos humanos. *Revista de Informação Legislativa*, v. 39, 2002.

ASSOCIAÇÃO INTERAMERICANA DE DEFENSORIAS PÚBLICAS. Nómima de casos en los que han intervenido o intervienen Defensores Públicos Interamericanos. Disponível em: <<http://aidef.org/defensores-publicos-interamericanos/casos-ante-la-cidh/>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS. DPE-PE, DPE-RJ e DP-MG enviam Relatório sobre Tratamento de Pessoas com Transtorno Mental para RPU da ONU. Disponível em: <<https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=30331>>. Acesso em: 15 maio 2018.

BANTON, Michael. *Decision-taking in the Committee on the Elimination of Racial Discrimination*. In ALSTON, Philip; CRAWFORD, James. *The Future of UN Human Rights Treaty Monitoring*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 55-78.

BAYEFSKY, Anne F. SCHWEBEL, Stephen M. *How to Complain to the Un Human Rights treaty System*. New York: Nijhoff, 2002.

BAYEFISKY, Anne F. *The United Nations Human Rights Treaties. How to Complain to the Un Human Rights treaty System*. 2012. Website. Disponível em: <<http://www.bayefsky.com/tree.php/area/complain>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOWMAN, Michael. Towards a Unified Treaty Body for Monitoring Compliance with UN Human Rights Conventions? Legal Mechanisms for Treaty Reform. In. *Human Rights Law Review*. Oxford: Oxford, 2007, p. 225-249.

BRASIL. DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO PAULO. Informal settlements and human rights. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Housing/InformalSettlements/DefensoriaPublicaSaoPaulo.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

BRASIL. DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO PAULO. Report – Homelessness and the right to housing. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Housing/Homelessness/NHRI/13112015-Public_Defender_of_Sao_Paulo_Brazil.doc>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BRASIL. DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Defensoria Pública de Sp faz apelo à ONU por apuração de caso de jovens mortos por policiais militares. Disponível em: <<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaMostra.aspx?idItem=52713&idPagina=3086>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BUERGENTHAL, Thomas. The Evolving International Human Rights System. In. *The American Journal of International Law*. Vol. 100, N. 4. Washington: American Society of International Law. 2006, pp. 783-807.

CAPPELLETTI, Mauro. Problemas de Reforma do Processo nas Sociedades Contemporâneas. *Revista Forense* (318). Rio de Janeiro, Forense, Abril/Maio/Junho, 1992, p. 120-128.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1988.

CAROZZA, Paolo G. Subsidiarity as a Structural Principle of International Human Rights Law. In: *The American Journal of International Law*, Cambridge University. Vol. 97, N. 1 (jan., 2003), p. 38-79.

CARVALHO RAMOS, André de. *Curso de direitos humanos*. 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014, v. 01.

CARVALHO RAMOS, André de. *Curso de Direitos Humanos*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

CARVALHO RAMOS, André de. *Processo internacional de direitos humanos: análise dos mecanismos de apuração de violações de direitos humanos e a implementação das decisões no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CARVALHO RAMOS, André de. *Processo Internacional dos Direitos Humanos*. 6. edição. São Paulo: Saraiva, 2019.

CARVALHO RAMOS, André de. *Teoria geral dos direitos humanos na Ordem Internacional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, v. 1.

CARVALHO RAMOS, André. *Teoria geral dos direitos humanos na Ordem Internacional*. São Paulo: Saraiva, 4. ed. 2014.

CIDH. *Comunicado de imprensa n. 42/09: CIDH condena energicamente golpe de Estado em Honduras*, 28 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.cidh.org/Comunicados/Spanish/2009/42-09sp.htm>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

CIDH. *Comunicado de imprensa No. 126/16: CIDH expressa preocupação com a destituição da Presidenta do Brasil*. 2 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2016/126.asp>. Acessado em 04/06/2018.

CIDH. *Comunicado de imprensa n. 72/12: CIDH expressa preocupação com destituição do Presidente do Paraguai*, 23 de junho de 2012. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2012/072.asp>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

CIDH. *Honduras: direitos humanos e golpe de Estado*. OEA/Ser.L/V/II. Doc. 55, 30 de dezembro de 2009.

CIDH. *Pedido de Parecer Consultivo à Corte Interamericana de direitos humanos*. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/docs/pdfs/2017/Solicitud-OpinionConsultiva-JuicioPolitico-pt.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

COLE, Wade M. Human Rights as Myth and Ceremony? Reevaluating the Effectiveness of Human Rights Treaties, 1981–2007. In: *American Journal of Sociology*, vol. 117, n. 4. Chicago: University of Chicago. 2012, p. 1.131-1.171.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Informe anual de la Relatoría Especial para la Libertad de Expresión: Informe anual de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos, 2014, vol.2 / Edison Lanza, Relator Especial para la Libertad de Expresión, p. 83, §170. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/expresion/docs/informes/anuales/Informe%20Anual%202014.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2018.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 1999.

COOK, Rebecca J. *Human Rights and Maternal Health: Exploring the Effectiveness of the Alyne Decision*. *Journal of Law, Medicine & Ethics* 41.1 (2013), p. 103-123. Traduzido para o português, por Maria Elvira Vieira de Mello e Beatriz Galli, em nome do Programa Internacional de Direito sobre Saúde Reprodutiva e Sexual, da Faculdade de Direito da

Universidade de Toronto, Canadá. Disponível em: https://www.law.utoronto.ca/utfl_file/count/documents/reprohealth/Pub-AlynePortuguese.pdf.

CORTE IDH. *Caso do Tribunal Constitucional (Camba Campos e outros) vs. Equador*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 28 de agosto de 2013. Série C N. 268, parágrafo 1º.

CORTE IDH. *Caso do Tribunal Constitucional vs. Peru. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 31 de janeiro de 2001. Série C N. 71.

CORTE IDH. *Caso López Lone e outros vs. Honduras*. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 5 de outubro de 2015. Série C N. 302.

CORTE IDH. *Convocatoria a presentar observaciones para opinión consultiva sobre juicios políticos*. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/comunicados/cp_40_17.pdf. Acesso em: 04 jun. 2018.

CORTE IDH. *Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 23 de Junio De 2016*. Solicitud de Opinión Consultiva Presentada por el Secretario General de la Organización de los Estados Americanos. P. 3 e 4. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/solicitudoc/sor_23_06_16_esp.pdf. Acesso em: 04 jun. 2018.

CORTE IDH. *Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos*. 1, De 29 de Mayo de 2018. *Solicitud De Opinión Consultiva Presentada Por La Comision Interamericana De Derechos Humanos*. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/solicitudoc/sor_01_18_esp.pdf. Acesso em: 04 jun. 2018.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. *Case Concerning Ahmadou Sadio Diallo* (Republica da Guiné vs. República Democrática do Congo), 30 de novembro de 2010, par. 66.

DANTAS, Carla. Direito de Petição do Indivíduo no Sistema Global de Proteção dos direitos humanos. SUR. Revista Internacional de direitos humanos / Sur – Rede Universitária de direitos humanos – v. 1, n. 1, jan. 2004 – São Paulo, 2004.

DARROW, Mac. ARBOUR, Louise. The Pillar of Glass: Human Rights in the Development Operations of the United Nations. In. *The American Journal of International Law*, v. 103, n. 3. Washington: American Society of International Law, 2009, p. 446-501.

DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO PAULO. Defensoria Pública de SP recebe visita de relator especial da ONU para o direito à educação. Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaMostra.aspx?idItem=46155&idPagina=3086>. Acesso em: 14 maio 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. Defensoria Pública de SP faz apelo à ONU por apuração de caso de jovens mortos por policiais militares. Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaMostra.aspx?idItem=52713&idPagina=3086>. Acesso em: 12 abr. 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. DPU denuncia Estado brasileiro à Comissão Interamericana de direitos humanos. Disponível em: <http://www.dpu.def.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10997&catid=215&Itemid=458>. Acesso em: 14 maio 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. DPU participa de conferência em SP sobre proteção aos direitos de idosos. Disponível em: <<http://www.dpu.def.br/noticias-sao-paulo/64-noticias-sp-geral/36822-dpu-participa-de-conferencia-em-sao-paulo-sobre-protecao-aos-direitos-de-idosos>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. Representante da DPU toma posse como presidente do CNDH. Disponível em: <<http://www.dpu.def.br/noticias-defensoria-publica-da-uniao/233-slideshow/40954-defensora-publica-federal-fabiana-severo-toma-posse-como-presidente-do-cndh>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. Resolução n. 127, de 06 de abril de 2016. Disponível em: <<http://www.dpu.def.br/conselho-superior/resolucoes/30844-resolucao-n-127-de-06-de-abril-2016-regulamenta-a-tutela-coletiva-de-direitos-e-interesses-pela-defensoria-publica-da-uniao>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. Defensoria Pública de SP aciona Comissão Interamericana de direitos humanos contra condenação criminal por desacato. Disponível em: <<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaMostra.aspx?idItem=43218&idPagina=3086>>. Acesso em: 14 maio 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO PAULO. Após pedido da Defensoria Pública de SP, Comissão Interamericana de direitos humanos determina medidas cautelares ao Brasil para garantir integridade física a adolescentes em unidade da Fundação Casa. Disponível em: <<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaMostra.aspx?idItem=68803&idPagina=3086>>. Acesso em: 14 maio 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO PAULO. Atuação da Defensoria Pública de SP por direitos de manifestantes é destacada pela Comissão Interamericana de direitos humanos da OEA. Disponível em: <<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaMostra.aspx?idItem=59224&idPagina=3086>>. Acesso em: 14 maio 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO PAULO. Núcleo Especializado de Cidadania e direitos humanos da Defensoria Pública de SP denuncia o Brasil à OEA por "crimes de maio". Disponível em: <<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaMostra.aspx?idItem=58299&idPagina=3086>>. Acesso em: 14 maio 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO PAULO. Pedido de Medida Cautelar – Violação dos artigos 7º (2) e 13 da Convenção Americana sobre direitos humanos. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/defensoria-sp-fim-desacato-oea.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Atuação da PM em manifestações será discutida na OEA com a participação da Defensoria Pública de SP.

Disponível em:
<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaMostra.aspx?idItem=57791&idPagina=3086>. Acesso em: 14 maio 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. Situation of the Right to Accessibility (Article 9), Liberty and Security (Article 14) of Persons with Disabilities in Penitentiary Facilities in Brazil. Disponível em:
http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRPD%2fCSS%2fBRA%2f21307&Lang=en. Acesso em: 14 maio 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Defensoria Pública de SP pede ao Senado aprovação de projeto que prevê audiência com preso em flagrante em até 24 horas. Disponível em:
<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaMostra.aspx?idItem=52113&idPagina=3086>. Acesso em: 14 maio 2018

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. defensorias públicas de SP e da União sugerem à ONU recomendações acerca da falta de acessibilidade nas prisões brasileiras. Disponível em:
<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaMostra.aspx?idItem=61475&idPagina=3086>. Acesso em: 14 maio 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Mães no Cárcere: Observações Técnicas para a Atuação Profissional em Espaços de Convivência de Mulheres e seus filhos. Disponível em:
<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/repositorio/33/documentos/Cartilha%20M%C3%A3es%20no%20C%C3%A1rcere%20-%20Leitura.pdf>. Acesso em: 14 maio 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. NÚCLEO ESPECIALIZADO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. Procedimento Administrativo n. 27/2017 – Nota Técnica ao PL sobre Políticas Estaduais para a População Migrante do Estado de São Paulo.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Tese 2. Área Cível. II Encontro Estadual – 2008. Disponível em:
<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Conteudos/Materia/MateriaMostra.aspx?idItem=57141&idModulo=9706>. Acesso em: 10 abr. 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão de direitos humanos do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais se reúne em Pernambuco. Disponível em:
<http://www.defensoria.rs.def.br/conteudo/27823/comissao-de-direitos-humanos-do-colegio-nacional-de-defensores-publicos-gerais-se-reune-em-pernambuco/termosbusca=Comiss%C3%A3o%20de%20Direitos%20Humanos>. Acesso em: 01 abr. 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA. Procedimento Administrativo n. 12/2014. Tradução Juramentada em Caráter Gratuito. Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos.

DONGWOOK, Kim. *International Nongovernmental Organizations and the Global Diffusion of National Human Rights Institutions*. International Organization, Vol. 67, N. 3 (Summer

2013), Cambridge: Cambridge University Press on behalf of the International Organization Foundation. p. 505-539.

DONGWOOK, Kim. International Nongovernmental Organizations and the Global Diffusion of National Human Rights Institutions. *International Organization*, Vol. 67, N. 3 (Summer 2013), Cambridge: Cambridge University Press on behalf of the International Organization Foundation. p. 505-539.

DONNELLY JACK. International Human Rights: A Regime Analysis. *International Organization*, Vol. 40, No. 3. Massachusetts: MIT. 1986. pp. 599-642.

DULITZKY, Ariel. *Too Little, Too Late: The Pace of Adjudication of The Inter-American Commission on Human Rights*, In. Loy. L.A. Int'l & Comp. L. Rev. vol. 35, 2013. P. 131-208. Disponível em: <<https://digitalcommons.lmu.edu/ilr/vol35/iss2/1>>. Acesso em: 03 jan. 2020.

EGAN, Suzanne. *Strengthening the United Nations Human Rights Treaty Body System*, 13 *Human Rights Law Review* 13:2. Oxford: Oxford. (2013).

EGAN, Suzanne. *The UN Human rights treaty system: law and Procedure*. England: Bloomsbury Professional. 2011.

ESCOLA DA DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO PAULO. Seminário – Convenção Interamericana sobre a Proteção dos direitos humanos dos Idosos. Disponível em: <<https://edepeonline.defensoria.sp.def.br/public/seminrio-conveno-interamericana-sobre-a-proteo-dos-direitos-humanos-dos-idosos/2/15/learn>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

ESCOLA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Defensoria Pública e Educação em Direitos. v. 3 n. 12 2018. Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/cadernos_defensoria/volume12.aspx>. Acesso em: 27 jun. 2018.

FENSTERSEIFER, Thiago. *Defensoria Pública, direitos fundamentais e ação civil pública: a tutela coletiva dos direitos fundamentais (liberais, sociais e ecológicos) dos indivíduos e grupos sociais necessitados*. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 32-33.

FORSYTHE, David P. The United Nations and Human Rights, 1945-1985. *Political Science Quarterly*. Vol. 100, No. 2. New York: The Academy of Political Science, 1985, p. 249-269.

FRANCE 24. *UN panel rejects plea by Brazil's Lula over imprisonment*. Disponível em: <<http://www.france24.com/en/20180523-un-panel-rejects-plea-brazils-lula-over-imprisonment>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

GALLAGHER, Anne. *Making Human Rights Treaty Obligations a Reality: Working with new Actors and Partners*. In *The UN human rights treaty system: a system in crisis?* In ALSTON, Philip; CRAWFORD, James. *The Future of UN Human Rights Treaty Monitoring*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 201-227.

GLOBAL ALLIANCE OF NATIONAL HUMAN RIGHTS INSTITUTIONS. Chart Of The Status Of National Institutions. Disponível em: <<https://nhri.ohchr.org/EN/AboutUs/GANHRIAccreditation/Documents/Status%20Accreditation%20Chart.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

GLOBAL ALLIANCE OF NATIONAL HUMAN RIGHTS INSTITUTIONS. GANHRI Sub-Committee on Accreditation (SCA). Disponível em: <<https://nhri.ohchr.org/EN/AboutUs/GANHRIAccreditation/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

GLOBAL ALLIANCE OF NATIONAL HUMAN RIGHTS INSTITUTIONS. Rules Of Procedure For The GANHRI Sub-Committee On Accreditation. Disponível em: https://nhri.ohchr.org/EN/AboutUs/GANHRIAccreditation/SCA%20Rules%20of%20Procedure/ENG_GANHRI_SCA_RulesOfProcedure_adopted_21.02.2018_vf.pdf. P. 7. Acesso em: 27 jun. 2018.

GOODMAN, Ryan; JINKS, Derek. Measuring the Effects of Human Rights Treaties. EJIL. Vol. 14, n. 1, p. 171-183, 2003.

HAFNER-BURTON, Emilie M.; TSUTSUI, Kiyoteru. Human Rights in a Globalizing World: The Paradox of Empty Promises. In. *American Journal of Sociology*. Vol. 110, n. 5. Chicago: University of Chicago, 2005, p. 1.373-1.411.

KELLER, Helen. ULFSTEIN, Geir. *UN Human Rights Treaty Bodies. Law and Legitimacy*. Cambridge: Cambridge. 2012.

LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU rumo à terceira década do século XXI. In *Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*. São Paulo, v. 3 n. 14 p. 68-78, jun 2018.

LIMA JUNIOR, Jayme Benvenuto (org.). *Manual de direitos humanos Internacionais: Acesso aos Sistemas Global e Regional de Proteção dos Direitos Humanos*. São Paulo: Loyola, 2002.

LULA'S TRUTH. *Former Brazil President Lula Files Additional Evidence of Abuses Committed Against Him By Brazilian Justice System to United Nations Human Rights Committee*. Disponível em: <<http://www.averdadedelula.com.br/en/2016/11/16/united-nationshumanrightscommittee/>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

LULA'S TRUTH. *Lawyers For Former Brazil President Lula Submit Further Evidence of Abuses Committed Against Him By Brazilian Justice System To United Nations Human Rights Committee*. Disponível em: <<http://www.averdadedelula.com.br/en/2018/01/30/lawyers-for-former-brazil-president-lula-submit-further-evidence-of-abuses-committed-against-him-by-brazilian-justice-system-to-united-nations-human-rights-committee/>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

LULA'S TRUTH. *UN Confirms To Be Officially Investigating Violations Against Lula And Warns Brazilian Authorities About Any Action That Might Compromise The Judgment*. Disponível em: <<http://www.averdadedelula.com.br/en/2018/05/22/un-confirms-to-be-officially-investigating-violations-against-lula-and-warns-brazilian-authorities-about-any-action-that-might-compromise-the-judgment/>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

MELO, Daniela Vieira. The real profiles of brazilian public defender: exercising ombudsman function in defense of human rights. R. Defensoria Públ. União Brasília, DF n. 9 p. 1-504 jan/dez. 2016. Disponível em: <http://www.dpu.def.br/images/esdpu/revista/revista9/Artigo_5.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

MERTUS, Julie A. *The United Nations And Human Rights. A Guide For A New Era*. Psychology Press, 2005.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Conselho Nacional de direitos humanos (CNDH). Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/orgaos-colegiados/cndh/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Caso Lava Jato*. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Federação Iberoamericana de Ombudsman. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/fio/menu>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

NOWAK, Manfred. UN Covenant on Civil and Political Rights. CCPR Commentary (2. rev. ed.). Kehl am Rhein: Engel, 2005.

OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. Frequently Asked Questions on a Human Rights-based Approach to Development Cooperation (United Nations publication, Sales N. E.06.XIV.10).

ONU. *Alto Comissariado confirma recepção de petição de ex-presidente do Brasil*. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/audio/2016/07/1180291>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

ONU. HUMAN RIGHTS COMMITTEE. *General Comment n. 33*, 05 de novembro de 2008. UN Doc. 05/11/2008, para. 11.

ONU. HUMAN RIGHTS COMMITTEE Ninetieth session. Geneva, 9 to 27 July 2007. General Comment No. 32. Article 14: Right to equality before courts and tribunals and to a fair trial. Distr. GENERAL CCPR/C/GC/32. 23 August 2007 Disponível em: <<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsrdB0H1l5979OVGGB%2bWPAXhRj0XNTTvKgFHBxAcZSvX1OsJj%2fRmVA4liMvUt2NlGKqqg2nh1qOE2hX5xoGtKE2v2YSQVV1Rv5NitNbSYwp>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

ONU. HUMAN RIGHTS COMMITTEE U.N. Doc. CCPR/C/94/D/1122/2002. Communication N. 1122/2002. 20 October 2008. Ninety-fourth session. 13-31 October 2008. María Cristina Lagunas Castedo VS. Spain. Views. Disponível em: <http://www.worldcourts.com/hrc/eng/decisions/2008.10.20_Lagunas_Castedo_v_Spain.htm>. Acesso em: 12 jun. 2018.

ONU. HUMAN RIGHTS COMMITTEE, *Communication No. 1773/2008*, U.N. Doc. CCPR/C/112/D/1773/2008 (2014). Olga Kozulina vs. Belarus. Disponível em: <<http://hrlibrary.umn.edu/undocs/1773-2008.html>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

ONU. HUMAN RIGHTS COMMITTEE. *Mr. Dimitry L. Gridin vs. Russian Federation*, Communication N. 770, U. N. Doc. CCPR/C/69/D/770/1997 (2000). Disponível em: <<http://hrlibrary.umn.edu/undocs/session69/view770.htm>>. Par. 8.3. Acesso em: 12 jun. 2018.

ONU. HUMAN RIGHTS COMMITTEE. *Zinsou v Benin*. Communication N. 2055/2011 Views adopted by the Committee at its 111th session (7–25 July 2014). Disponível em: <[http://www.worldcourts.com/hrc/eng/decisions/2014.07.18_Zinsou vs. Benin.pdf](http://www.worldcourts.com/hrc/eng/decisions/2014.07.18_Zinsou_vs._Benin.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2018.

ONU. HUMAN RIGHTS COMMITTEE. 81st Session. 5-30 July 2004. *Barno Saidova And Gaibullodzhon Saidov vs. Tajikistan*, Views. Disponível em: <[http://www.worldcourts.com/hrc/eng/decisions/2004.07.08_Saidova v Tajikistan.htm](http://www.worldcourts.com/hrc/eng/decisions/2004.07.08_Saidova_v_Tajikistan.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2018.

ONU. Human Rights Committee. Fifty-Ninth Session. 24 March – 11 April 1997. *Aage Spakmo vs. Norway*. Communication N. 631/1995; U. N. Doc. CCPR/C/59/D/631/1995. Disponível em: <[http://www.worldcourts.com/hrc/eng/decisions/1997.03.20_Spakmo v Norway.htm](http://www.worldcourts.com/hrc/eng/decisions/1997.03.20_Spakmo_v_Norway.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2018.

ONU. Human Rights Committee. *Rules of procedure of the Human Rights Committee*. CCPR/C/3/Rev.10. Distr.: General. 11 January 2012. Disponível em: <<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhspSfzoplNqcaRnZEWMKfe1ubLHaoTy0k7tsLSWnKAGjsCg1MkVMje6aixvXokQy1mG%2f6syT7v1xw3XubpM5TkNHXmRF6Hwhv16SHBQ863Jpx>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

ONU. HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Thirty-Fifth Session. 20 March – 7 April 1989. *Earl Pratt And Ivan Morgan VS. Jamaica*. Disponível em: <[http://www.worldcourts.com/hrc/eng/decisions/1989.04.06_Pratt v Jamaica.htm](http://www.worldcourts.com/hrc/eng/decisions/1989.04.06_Pratt_v_Jamaica.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2018. Par. 12.3.

ONU. HUMAN RIGHTS COMMITTEE. Thirty-Ninth Session. 9 July – 27 July 1990. 23 July 1990. Communication N. 305/1988; U. N. Doc. CCPR/C/39/D/305/1988. *Hugo Van Alphen vs. The Netherlands*, Disponível em: <[http://www.worldcourts.com/hrc/eng/decisions/1990.07.23_Van Alphen v Netherlands.htm](http://www.worldcourts.com/hrc/eng/decisions/1990.07.23_Van_Alphen_v_Netherlands.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2018.

ONU. HUMAN RIGHTS COMMITTEE. U. N. Doc. CCPR/C/76/D/778/1997. Communication N. 778/1997. 24 October 2002. 76. Session. 14 October – 1 November 2002. *Jose Antonio Coronel et al. vs. Colombia*. Views. Disponível em: <[http://www.worldcourts.com/hrc/eng/decisions/2002.10.24_Antonio Coronel v Colombia.htm](http://www.worldcourts.com/hrc/eng/decisions/2002.10.24_Antonio_Coronel_v_Colombia.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2018.

ONU. International Covenant On Civil And Political Rights. Selected Decisions Of The Human Rights Committee Under The Optional Protocol. Volume 2. Seventeenth to thirty-second sessions (October 1982-April 1988}. 1990. CCPR/C/OP/2 P. 161-164. (par. 13-14).

ONU. *ONU nega qualquer decisão sobre mérito da queixa de advogados de Lula*. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/audio/2016/10/1188651>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

ONU. Press briefing notes on Brazil and Finland. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=18510&LangID=E>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

ORAKHELASHVILI, Alexander. *Peremptory Norms in International Law*. Oxford: Oxford, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Defensoria de São Paulo firma acordo com ACNUR para efetivação de direitos de refugiados e apátridas. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/defensoria-de-sao-paulo-firma-acordo-com-acnur-para-efetivacao-de-direitos-de-refugiados-e-apatridas/>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. A CIDH informa resultados inéditos de seu trabalho em 2018 e apresenta o relatório de progresso do segundo ano de implementação do Plano Estratégico durante 2018. Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2019/036.asp>>. Acesso em: 02 out. 2019.

PETERKE, Sven (Coord). *Manual prático de direitos humanos internacionais*. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2010.

PILLAY, Navanethem. *Strengthening the United Nations human rights body system – A report by the United Nations High Commissioner for Human Rights*. United Nations Human Rights – Office of the High Commissioner, 2012.

PILLAY, Navanethem. *Strengthening the United Nations human rights body system – A report by the United Nations High Commissioner for Human Rights*. United Nations Human Rights – Office of the High Commissioner. 2012.

PIMENTEL, Silvia; GREGORUT, Adriana. Humanização do direito internacional: as recomendações gerais dos comitês de direitos humanos da ONU e seu papel crucial na interpretação autorizada das normas de direito internacional. In *A interface dos direitos humanos com o direito internacional*. Mário Lúcio Soares Quintão e Mércia Cardoso Souza (org.). Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016. Tomo II, p. 261-279.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

POHJOLAINEN, Anna-Elina. 2006. The Evolution of National Human Rights Institutions: The Role of the

RAJAGOPAL, Balakrishnan. *Counter-Hegemonic International Law: Rethinking Human Rights and Development as a Third World Strategy*. Third World Quarterly, vol. 27, N. 5, Reshaping Justice: International Law and the Third World (2006). Taylor & Francis, Ltd.

RAMOS, André de Carvalho. *Processo internacional de direitos humanos: análise dos mecanismos de apuração de violações de direitos humanos e a implementação das decisões no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

REINSBERG, Lisa J. *Preventing and Remediating Human Rights Violations through the International Framework Advocacy before the Inter-American System: A Manual for Attorneys and Advocates*. 2. ed., p. 26. Disponível em: <<https://ijrcenter.org/wp-content/uploads/2014/03/Manual-Advocacy-before-the-Inter-American-System-2014.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2020.

ROBERTSON, Geoffrey. *The Case for Lula. Foreign Affairs*. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/brazil/2017-04-19/case-lula>>. Acesso em: 29 maio 2018.

RUGGERI RÉ, Aluisio Iunes. *Temas Aprofundados: Defensoria Pública*. Salvador: Juspodivm, 2013.

SARMENTO, Daniel. *Dimensões Constitucionais da Defensoria Pública da União*. Parecer. UERJ. 2015. Disponível em: <http://www.anadef.org.br/images/Parecer_ANADEF_CERTO.pdf>. Acesso em: 01 set. 2015.

SARMENTO, Daniel. *Dimensões Constitucionais da Defensoria Pública da União*. Parecer. UERJ. 2015. Disponível em: <http://www.anadef.org.br/images/Parecer_ANADEF_CERTO.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2017.

SCHWELB, Egon. The International Court of Justice and the Human Rights Clauses of the Charter. In: *The American Journal of International Law*, Vol. 66, N. 2. Washington: American Society of International Law, 1972, p. 337-351.

SHELTON, Dinah. *The Rules and the Reality of Petition Procedures in the Inter-American Human Rights System*. Notre Dame. Journal of International & Comparative Law: Vol. 5: Iss. 1, Article 2, p. 2-28. Disponível em: <<http://scholarship.law.nd.edu/ndjicl/vol5/iss1/2>>. Acesso em: 03 jan. 2020.

SIKKINK, Kathryn. Human Rights, Principled Issue-Networks, and Sovereignty in *Latin America*. *International Organization*, Vol. 47, N. 3. Massachusetts: MIT 1993, p. 411-441.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 1.640.084 - SP (2016/0032106-0), Relator: Ministro Ribeiro Dantas. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/static_files/STJ/Midias/arquivos/Noticias/RECURSO%20ESPECIAL%20N%C2%BA%201640084.pdf>. Acesso em: 14 maio 2018.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Tratado de direito internacional dos direitos humanos*. Porto Alegre: Fabris, 1997, v. 1.

Idem. *A consolidação da capacidade processual dos indivíduos na evolução da proteção internacional dos direitos humanos: quadro atual e perspectivas na passagem do século*. 1998. Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/militantes/cancadotrindade/cancado3.html>. Acesso em: 05 out. 2014.

Idem. *A proteção internacional dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 1991.

Idem. *Access of Individuals to International Justice*. Collected Courses of the Academy of European Law. Oxford UK: Oxford. 2011.

ULFSTEIN, Geir and; KELLER, Helen. *UN Human Rights Treaty Bodies: Law and Legitimacy*. Cambridge: Cambridge, 2012.

UNITED NATIONS CENTER FOR HUMAN RIGHTS. 1995. National Human the Establishment and Strengthening of National Institutions Human Rights. Professional Training Series N. 4. Geneva, Switzerland. Disponível em: <<https://www.un.org/ruleoflaw/files/training4en.pdf>>, p. 6-9. Acesso em: 24 jun. 2018.

Ibidem, p. 4.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER. Mandate of the Special Rapporteur on the rights of peaceful assembly and of association. Maina Kiai. Disponível em: <http://freeassembly.net/wp-content/uploads/2016/11/Letter-to-the-Court-ENG.revised_final.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

Ibidem.

UNITED NATIONS. Copenhagen, Denmark: Danish Institute for Human Rights.

UNITED NATIONS. GENERAL ASSEMBLY. HUMAN RIGHTS COUNCIL. 31. session. Promotion and protection of all human rights, civil, political, economic, social and cultural rights, including the right to development. Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context. 30 de dezembro de 2015. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G15/294/52/PDF/G1529452.pdf?OpenElement>. A/HRC/31/54. p. 9>. Acesso em: 12 abr. 2018.

UNITED NATIONS. HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER. Committee on the Rights of Persons with Disabilities. Communication N. 10/2013. Decision adopted by the Committee at its twelfth session (15 September–3 October 2014). Disponível em: <https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CRPD-C-12-D-5-2011&Lang=en>. Acesso em: 20 abr. 2019.

UNITED NATIONS. OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER Statistical survey of individual complaints dealt with by the Human Rights. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/CCPR/StatisticalSurvey.xls>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

UNITED NATIONS. OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER Status of Communications Registered by CEDAW under the Optional Protocol,. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/CEDAW/StatisticalSurvey.xls>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

UNITED NATIONS. OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER. The Right to Life + the right to Adequate Housing. disponível em:

<<http://www.ohchr.org/EN/Issues/Housing/Pages/RighttoLifeRighttoAdequateHousing.aspx>>
 . Acesso em: 12 abr. 2018.

UNITED NATIONS. Princípios de Paris. Disponível em:
 <<https://nhri.ohchr.org/EN/Themes/Portuguese/DocumentsPage/ParisPrinciples-PT.pdf>>.
 Acesso em: 24 jun. 2018.

UNITED NATIONS. Status of Treaties. International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of their Families. Disponível em:
 <https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV-13&chapter=4&lang=en>. Acesso em: 19 abr. 2019.

UNITED NATIONS. Vienna Declaration and Programme of Action Adopted by the World Conference on Human Rights in Vienna on 25 June 1993. Disponível em:
 <<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/Vienna.aspx>>. Acesso em: 10 maio 2018.

VANDENHOLE, Wouter. *The Procedures Before the UN Human Rights Treaty Bodies: Divergence Or Convergence?* England: Intersentia. 2004.

YOUNG, Kirsten A. *The Law and Process Of The U.N. Human Rights Committee*. Transnational Publishers. 2002.